

Veja as receitas dos economistas

Nem mesmo os especialistas acreditam que o governo vá baixar a inflação

A inflação volta a reacender, como apurou o IBGE para a taxa de setembro, e com ela retornam os desencontros nas esferas da administração econômica. O presidente José Sarney sustenta que, agora, por obra do acordo com os credores da dívida, vai começar um efetivo combate à inflação. Cético, porém, o presidente do IBGE, Charles Muller, disse que a estabilização dos índices na casa dos 20% mensais é um sonho que acabou. E a estabilização, como se sabe, é o objetivo de curto prazo declarado da política feijão-com-arroz do ministro da Fazenda.

Para o economista Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia da USP, tudo é muito previsível no comportamento do governo. "Nada de tão sério no combate à inflação deverá ocor-

rer", ele diz. "A lógica do governo de primeiro fazer acerto da dívida e, depois, colocar a casa em ordem, não me parece compreensível."

Para um efetivo combate à inflação, diz Roberto Macedo, deveria ser empreendido um sério corte no déficit público, além de se buscar os seguintes objetivos: evitar emissão de moeda por parte do Banco Central; maior folga na área cambial, reduzindo-se a intensidade das desvalorizações; tudo até chegar a um pacto ou congelamento para conter a espiral de preços e salários.



Macedo: cético.

Como Roberto Macedo, o economista Joaquim Elói Cisne de Toledo defende o congelamento, integrando um programa coerente, com adoção de medidas duras de combate à inflação. Tal programa deveria envol-

ver a indexação de preços e salários, redução do déficit público e do chamado conflito distributivo, que acaba numa ciranda: os sindicatos conseguem aumentos de salários, que são repassados para os preços pelos oligopólios, atingindo o consumidor que, ao final das contas, continua como se não tivesse recebido aumento. Para resolver

o problema, diz Joaquim de Toledo, se deveria, pelo menos, aumentar a concorrência, diminuindo a força dos oligopólios. Aliadas a isso, duas outras condições seriam necessárias: a volta dos investimentos no setor público e a redução do custo da dívida.

Vontade política do governo é fator essencial para o combate à inflação, assegura o economista Luiz Paulo Rosenberg, para quem tal ingrediente hoje não existe. Para a implantação de medidas drásticas e recessivas, o governo precisaria da legitimidade que não possui, afirma. "Estamos diante de um problema econômico grave; a solução é das mais triviais, mas qualquer tentativa será impossível de obter sucesso se não houver um firme suporte político."